

PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL EM CONTAGEM: A PERSPECTIVA DE UM GESTOR

Recebido em: 06/02/2017

Aceito em: 10/10/2017

*Ana Carolina Pinto E.S. Thiago Rezende*¹

*Fabiano Antônio Sena Péres*²

*Mariana Nunes de Carvalho*³

*Karla Uriarte Torres*⁴

*Rafael Fróis*⁵

*Ana Cláudia Porfírio Couto*⁶

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – MG – Brasil

RESUMO: O Programa Vida Saudável visa oportunizar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer para o cidadão idoso para melhorar a sua qualidade de vida, isto considerando, que na atualidade passou-se a viver mais tempo devido aos avanços tecnológicos que têm contribuído para o desenvolvimento humano. Dessa forma, este trabalho objetivou descrever o processo de implantação deste Programa na cidade de Contagem, Minas Gerais, para identificar as suas potencialidades e dificuldades. A metodologia utilizada foi a partir de um enfoque epistemológico fenomenológico que adota a interpretação como fundamento da compreensão dos fenômenos como eixo da explicação científica, sendo assim um estudo qualitativo transversal, do tipo descritivo-exploratório por meio do qual se realizou uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O resultado da pesquisa permitiu reconhecer algumas potencialidades do programa assim como dificuldades para sua implantação em Contagem, que levam a refletir, sobretudo, na importância da adoção de políticas internas que permitam oferecer um serviço social de qualidade para o cidadão idoso.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Políticas Públicas. Idoso.

¹ Formada em Administração Geral. Especialista em Gestão de Projetos. Diretora de Contratos e Convênios na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES.

² Graduado em Educação Física, Especialista em Lazer e Mestre em Lazer pela Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

³ Graduada em Educação Física, Especialista em Grupos especiais pela Faculdade Estácio de Sá. Professora de Educação Física da rede estadual de MG.

⁴ Formada em Educação Artística. Mestre em Psicologia do Esporte. Docente de Dança Contemporânea. Doutorando do Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

⁵ Mestre em Lazer e Doutorando do Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

⁶ Doutora em Ciência do Desporto. Docente do Departamento de Esportes da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG e Orientadora do Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer da EEFETO / UFMG.

HEALTHY LIVING PROGRAM IN CONTAGEM: A PERSPECTIVE MANAGER

ABSTRACT: The aim of the Healthy Living Program is to create opportunities for physical activity, cultural and leisure facilities for the elderly in order to improve the quality of their life, considering that today has gone to live longer because technological advances that have contributed to human development. Thus, the following paper aims to describe the process of implementing this program in the city of Contagem, Minas Gerais, to identify their potential and difficulties. The methodology used was from a phenomenological epistemological approach that adopts the interpretation as the basis for understanding the phenomena as axis of scientific explanation, so the following is a cross-sectional qualitative study of descriptive exploratory whereby an investigation was carried from the literature and official documents available and field. The result of research helped to identify some potential of the program and the difficulties in its implementation in Contagem, leading to reflect on the importance of domestic policies exist to provide quality service to the older people.

KEYWORDS: Leisure Activities. Public Policies. Aged.

Introdução

O Ministério do Esporte (ME) em 2003, por meio da atual Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), elaborou algumas políticas sociais para promover o desenvolvimento da prática de atividades físicas, culturais e de lazer, envolvendo todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência. Assim, surgiu o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Mais recentemente, em 2012, o Ministério criou outra modalidade de programa, o Vida Saudável (VS), que era uma vertente do PELC, para atender especificamente pessoas acima de 60 anos (BRASIL, 2016)⁷.

Essencialmente, o objetivo do VS é democratizar o acesso ao lazer e ao esporte recreativo para a pessoa idosa na perspectiva da promoção da saúde. Além disso, o programa visa estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças

⁷ Fonte: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/vida-saudavel-vs>. Acesso em: 24 mar. 2016.

comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o lazer e o esporte recreativo sejam tratados como políticas públicas e direito de todos (BRASIL, 2016a)⁸.

Grosso modo, as ações de funcionamento do programa têm caráter pedagógico (tendo como parâmetro a proposta da educação popular) e lúdico, com objetivo de contribuir com a construção de políticas públicas locais de esporte e lazer. O acesso ao VS ocorre por meio de chamamento público (edital), de emenda parlamentar ou proponente específico (justificado por necessidade específica) e funciona por meio de parcerias (convênios) realizadas com instituições públicas em todo território nacional como secretarias estaduais e municipais. Uma das cidades que recentemente desenvolve essa proposta é Contagem – Minas Gerais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), a cidade de Contagem pertencente à região metropolitana de Belo Horizonte/MG, é um dos principais municípios mineiros em termos demográficos e econômicos. Conforme esse mesmo instituto, a cidade conta com 6% de idosos, com um índice de envelhecimento de 27,8%. Dentre os diversos setores, o município conta com a Secretaria da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Atenção ao Idoso (SEPEDI), que tem como objetivo fomentar políticas sociais que promovam a defesa dos direitos e a integração social desse público.

A SEPEDI é o órgão responsável pela gestão do Fundo Municipal do Idoso e do Conselho Municipal do Idoso (COMIC), e assume a responsabilidade de desenvolver ações que impulsionem políticas públicas realizadas pelo governo municipal; bem como

⁸Fonte:

<https://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/VidaSaudavel/Diretriz%20Vida%20Saudvel.pdf>.

Acesso em: 20 nov. 2017.

potencializar parcerias que possibilitem articulações governamentais e não governamentais, para a implantação de novos programas e a melhoria dos já existentes.

Após a concretização do convênio entre o ME e a referida instituição, há a realização de uma formação dos “atores sociais internos” que irão atuar no desenvolvimento dos programas. Esses são constituídos pelas coordenadorias: a) pedagógica; b) setorial; c) núcleo; bem como pelos agentes sociais, que são as pessoas responsáveis pelas intervenções mais diretamente com o público participante. Não menos importante, também é a formação de outros “atores sociais externos” como gestores, lideranças comunitárias, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública, com vistas à formação e à implementação de políticas locais (BRASIL, 2016a). No entanto, nesse projeto nos deteremos a abordar somente os “atores sociais internos”, doravante, denominados somente de atores sociais. Considerando o exposto, o objetivo deste estudo foi compreender sobre o processo de implantação do VS no município de Contagem.

Procedimentos Adotados

Considerando os paradigmas que compõem uma pesquisa, conforme apresentado por Creswell (2010), a saber, os elementos epistemológicos, este trabalho seguirá uma abordagem pautada na valorização da subjetividade dos envolvidos. Dessa forma, a problematização apresentada pela pesquisa aponta o enfoque epistemológico fenomenológico que adota a interpretação como fundamento da compreensão dos fenômenos como eixo da explicação científica.

A proposta seguida neste trabalho, segundo Triviños (1987), foi delimitada como um estudo qualitativo transversal, do tipo descritivo-exploratório, ou seja, o

estudo e a interpretação dos dados são feitos sem a interferência dos pesquisadores, visando a “descoberta” dos fenômenos explorando um assunto ainda pouco conhecido, pois partiu da subjetividade e interpretação da percepção das pessoas envolvidas em um determinado contexto.

A escolha desta abordagem se deve ao fato de permitir uma aproximação com a realidade, pois trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2002).

Assim, essa abordagem permite visualizar o objeto científico, considerando a sua especificidade, suas determinações históricas e as relações institucionais e organizativas que permeiam as possibilidades de valorizá-lo, analisá-lo, interpretá-lo e reconstruí-lo em relações entre sujeitos sociais. Nesse caso, a pesquisa qualitativa é importante para:

(a) Compreender os valores e as representações de determinados grupos sobre outros específicos; (b) compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos movimentos sociais; (c) avaliar as políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de sua formulação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina (MINAYO, 2002, p.134).

Enquanto abordagem teórica adotar-se-á os pressupostos dos Estudos do Lazer quanto à formação dos profissionais que atuam nesse campo do saber (ISAYAMA, 2003; 2005; 2009; 2011; AREIAS; BORGES, 2011; MARCELLINO, 2007). Este propõe uma formação interdisciplinar, capacitando-os a atuarem em diferentes contextos de atuação e dimensões nos múltiplos tempos, espaços e dinâmicas da vida social.

Quanto ao emprego dos meios adotados, caracteriza-se por ser uma pesquisa: a) bibliográfica: consulta analítica de material publicado em diferentes formatos –

periódicos, teses, dissertações, livros – a respeito da temática em questão; b) documental: análise de leis, decretos e atos normativos que tratam de assuntos relacionados com o objeto de pesquisa investigado; c) campo: investigação dos participantes.

A escolha da amostra será por conveniência, isto é, quando é direcionado a um grupo específico, sem, contudo, ter seus resultados generalizados.

Para a interpretação das informações coletadas, propõe-se a adoção da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Caracteriza-se, assim, como um método de tratamento da informação contida nas mensagens.

Para a utilização do método é necessária a criação de categorias relacionadas ao objeto de pesquisa. As deduções lógicas ou inferências que serão obtidas a partir das categorias serão responsáveis pela identificação das questões relevantes contidas no conteúdo das mensagens.

A análise categorial é uma das técnicas utilizadas para a realização da análise de conteúdo, e, em seu desenvolvimento, desmembra o discurso em categorias. Os critérios de escolha e de delimitação das categorias são determinados pelos temas relacionados aos objetos de pesquisa e identificados nos discursos dos sujeitos pesquisados (BARDIN, 1977). Um conjunto de categorias cuidadosamente selecionadas pode gerar indicações produtivas para o processo de inferência, contribuindo para que as interpretações possam espelhar resultados validados pelo método.

A pesquisa de campo objetivou obter informações acerca da implementação do Programa Vida Saudável no referido município. Então, realizamos uma visita para observação durante uma das formações presenciais previstas pelas diretrizes do programa para a capacitação/qualificação dos profissionais que fazem parte desta proposta.

Ainda como parte deste trabalho, realizou-se uma entrevista com a Coordenadora Geral do Programa Vida Saudável no município, uma servidora efetiva da Prefeitura de Contagem, com 9 anos de trabalho nessa comunidade, com o intuito de conhecer mais elementos do processo de implementação do projeto. A entrevista foi semiestruturada, a qual segundo May (2004) é uma conversação com as pessoas acerca de um tópico específico obtendo através de ela, informação que pode ser interpretada para um melhor entendimento de uma situação específica. A entrevista foi realizada o dia 6 de maio de 2016, em Contagem/MG.

Resultados e discussão

Na entrevista realizada com a coordenadora geral do VS no município de Contagem, a mesma relata um pouco da sua trajetória no município:

Sou funcionaria efetiva da Prefeitura, sou socióloga, tenho 9 anos de trabalho aqui, já rodei várias Secretarias né, aqui em Contagem é uma coisa comum, infelizmente, assim, troca de governo, as vezes o interesse da administração também, você vai rodando ai né várias áreas. Então hoje eu estou na Secretaria de Pessoa com Deficiência e Idoso, que é uma Secretaria criada, é uma Secretaria de criação recente, foi criada em 2013 né, pelo prefeito atual, que assumiu em 2013[...] (Gestora).

Segundo a gestora, a iniciativa de desenvolver o programa VS no município se deu em 2013, quando foi encaminhada uma proposta de adesão ao edital 1/2013. Essa iniciativa partiu por orientação do prefeito para obter recursos e uma proposta de

trabalho para ser realizada junto à população idosa da cidade. No entanto, ainda conforme a gestora, em virtude de alguns atrasos por questões burocráticas envolvendo o Ministério do Esporte e a gestão local, somente efetivou-se a implantação desse programa esse ano:

[...] teve alguns atrasos, em decorrências de várias questões, dentro do Ministério mesmo, troca de ministro, e teve problemas internos lá, na nossa Secretaria, de organização, de equipe, de uma estrutura, que tinha que comprar muita coisa, então as licitações com problemas, teve troca de gestor nessa época também [...] (Gestora).

A meta do governo municipal, segundo a gestora, é instalar 20 núcleos em diferentes regionais administrativas, com a previsão de atender 200 pessoas em cada núcleo; portanto, com expectativa de alcançar 4000 idosos. Conforme informações prestadas pela gestora, na atualidade há 2500 inscrições realizadas, aguardando o início do Vida Saudável. O programa se desenvolve a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer. A metodologia do programa se baseia em reuniões periódicas de planejamento e avaliação das atividades; cursos, oficinas e palestras que se apresentam no cotidiano das ações da formação em serviço, no sentido de manter o diálogo permanente acerca dos limites e possibilidades do funcionamento sistemático e assistemático dos núcleos; atividades de campo no sentido de ampliar as ações dos agentes e da comunidade atendida e beneficiada pelo núcleo; registro e monitoramento das ações avaliativas; intercâmbio entre núcleos, projetos sociais e entidades que, em um mesmo município, constroem experiências diferentes, em função de suas necessidades locais; construção e participação em eventos, encontros, seminários e congressos para democratizar as experiências construídas nos núcleos na perspectiva da divulgação, e sob o ponto de vista da experimentação, em outras regiões.

Conforme já mencionado nesse texto, o objetivo do VS é democratizar o acesso ao lazer e ao esporte recreativo da pessoa idosa na perspectiva da promoção da saúde, o que aproxima da função das políticas de saúde em nosso país. Nesse sentido, pode - se dizer que o VS vai ao encontro dessa mudança no panorama atual pois tem como foco a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa.

Para a gestora, o desenvolvimento do VS em Contagem contribuirá para alavancar e articular ainda mais as políticas públicas de esporte e lazer realizadas, ampliando e resignificando os lugares onde já há o atendimento aos idosos:

[...] eu tô pensando assim, nesses 20 meses... A municipalização é uma outra... ela depende da vontade do agente político que vai estar aí, possivelmente vai ser um futuro prefeito [...] Nós vamos executar 6 meses agora né, e os outros 14 na outra gestão (Gestora).

A coordenação do VS no município será realizada pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). Conforme a gestora responsável por implantar esse programa, essa secretaria tem como objetivo:

[...] nossa Secretaria é uma Secretaria de articulação, mais de articulação do que de prestação de serviço direto, a prestação de serviço direto, ela até ocorre mesmo pela Secretaria de Assistência Social que chama, aqui, Desenvolvimento Social. A Secretaria de Saúde, hoje tem algumas atividades né, tem um Núcleo lá de saúde, atenção de saúde do idoso, e a Secretaria de Esportes que inclusive executa o PELC⁹ (Gestora).

Pelo exposto, percebe-se que a principal função é realizar uma articulação intersetorial entre os demais órgãos municipais para viabilizar, por exemplo, o programa VS.

⁹ Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC foi elaborado pelo Ministério de Esportes do Governo Federal e tem como principais objetivos: democratizar o acesso às práticas esportivas e de lazer e universalizar o direito social ao esporte e ao lazer, sem restrição de faixas etárias.

Para Faria (2011, p. 45), “a preocupação com a intersetorialidade está incorporada em uma ampla variedade de organizações públicas e de políticas, programas e projetos governamentais”. Além disso, o autor ressalta que esta aparente consonância que começa a pautar parte significativa das políticas sociais no país, foi constituído a partir do entendimento de que problemas sociais complexos (como a pobreza) são multidimensionais e dificilmente poderiam ser superados por uma única agência estatal ou por um único nível de governo. Contudo, não podemos esquecer dos desafios que dificultam a coordenação intragovernamental. Mesmo que a intersetorialidade seja reconhecida como uma alternativa para a gestão pública, não podemos esquecer que existem barreiras de diferentes ordens¹⁰.

No processo de implantação do programa em Contagem, a referida gestora assumiu a tarefa de viabilizar a execução do VS a partir de outubro de 2015, herdando algumas pendências burocráticas, como, por exemplo, o processo de licitação e o ajustamento aos protocolos municipais como a Lei 8.666/93. Esta legislação estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com essa Lei, a celebração de contratos com terceiros na Administração Pública deve ser necessariamente precedidas na licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação. O objeto da licitação são compras, os serviços, as obras, alienações e permissões da Administração Pública.

¹⁰ Segundo Faria (2011, p. 49), [...] uma maneira interessante de pensar os desafios da intersetorialidade na produção de políticas sociais foi sugerida por Jennings Jr & Krane (1994), que fazem a distinção entre os seguintes tipos de barreiras à coordenação entre as agências públicas: organizacionais, legais ou técnicas e políticas.

Resolvido os entraves burocráticos, no mês de maio do corrente ano, iniciaram-se os treinamentos para a formação dos agentes sociais, o que por sua vez, permitirá a operacionalização do programa VS na cidade.

Essa capacitação dos profissionais que atuarão no VS é decorrente de um processo seletivo simplificado (PSS) realizado pela prefeitura para a contratação de recursos humanos necessários para operacionalizar o programa. Assim, foi aberto o PSS por meio do edital 02/2014, para a seleção de diferentes funções desempenhadas no VS, desde agentes sociais, que são os personagens principais no que diz respeito à elaboração e à execução das ações pretendidas, pautadas no princípio da gestão participativa; como também o coordenador de núcleo que é a pessoa que responde por aquele núcleo em relação ao trabalho dos agentes, às atividades desenvolvidas, à participação da comunidade nas atividades, aos eventos realizados e a outros aspectos que fizerem parte do espaço.

No entanto, à época, houve pouca procura pelos profissionais para preencherem as vagas disponibilizadas pelo edital. Segundo a gestora, uma possível justificativa para esse fato, foram as exigências estipuladas para o cargo de coordenadores de núcleo¹¹ e a baixa remuneração salarial¹². Em virtude desse episódio, em 2015 foi reaberto um segundo edital, 2/2015, para a contratação de núcleos.

Dessa vez, foram modificados os critérios para a ocupação dos cargos, sendo solicitado que o candidato à função de coordenador de núcleo possuisse formação superior em Educação Física ou em Pedagogia. Para a função de agente social, não foi

¹¹ Os candidatos deveriam ser formados em Educação Física, ter registro no Conselho de classe, com curso de especialização Lato Sensu com carga horária mínima de 360 horas, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; experiência mínima de seis meses em coordenação de projetos sociais ou núcleos esportivos.

¹² Conforme Edital 02/2014 o valor previsto para pagamento do coordenador de núcleo é de R\$1.300,00 (mil e trezentos reais).

exigida nenhuma experiência na área das atividades que são desenvolvidas no VS, tão somente, que fossem alfabetizados. Segundo a gestora do programa, o perfil solicitado dos agentes poderia apresentar algumas limitações para o desenvolvimento das ações propostas pelo programa, todavia, é a realidade encontrada no município. Terminado a seleção dos profissionais, conforme a gestora, os coordenadores são compostos por jovens recém formados, e os agentes por pessoas com idade entre 35 e 50 anos.

A escolha de se trabalhar com agentes sociais segue a perspectiva da educação popular. Pois os princípios pedagógicos que regem o PELC/VS apresentam como meta “[...] garantir o acesso às práticas e aos conhecimentos sobre esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros por meio de ações educativas na perspectiva da emancipação humana, do desenvolvimento comunitário [...]” (BRASIL, 2016a, p. 6). Essa proposta pauta-se, dentre outros modelos ideológicos, o da educação popular¹³, defendida pelo educador Paulo Freire (1996).

Para Brandão (s.d), a educação popular não é um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de ideias e práticas regido pela diferença, para explorar o próprio sentido da educação, através de percorrer os diferentes modos de sua interação com as pessoas; portanto, valoriza o saber da comunidade.

Para Freire (1996) o saber surge por diferentes perspectivas, isto é, pelo autoconhecimento, o conhecimento do outro e do mundo que nos cerca. Essas interações interdependentes permitem acúmulo de saberes não formal e também formal, quando adquiridos por meios institucionais, por exemplo, escolas, cursos livres, dentre outros. Portanto, distingue-se conhecimento científico, do conhecimento simbólico, adquirido culturalmente pessoas experiências cotidianas:

¹³ Em virtude da complexidade e amplitude que a adoção dessa proposta apresenta, por não ser o objeto de investigação neste trabalho, tão somente, faremos uma breve caracterização da mesma, como meio de contextualizar os princípios pedagógicos adotados pelo PELC/VS.

A educação popular a um só tempo é uma concepção prático/teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Antes de inserir-se em espaços institucionais consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares no Brasil, responsável por muitos avanços e conquistas em nossa história (BRASIL, 2014, p. 7).

Enfim, a concepção de educação popular constitui-se historicamente na experiência dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo no início do século XX, em um contexto de lutas de classe, opondo-se ao modelo hegemônico do sistema capitalista, visando um projeto alternativo a este sistema. Assim, estão vinculados a esta concepção, uma educação emancipatória e libertária associada à participação popular.

Arelada a essa perspectiva, o PELC/VS desenvolve sua proposta pedagógica, respeitando as diversidades culturais encontradas na extensão do território brasileiro, considerando suas peculiaridades e saberes local (BRASIL, 2016a, b). O atual cenário globalmente instituído tenta criar uma uniformização dos hábitos culturais, inclusive no que diz respeito às práticas esportivas e de lazer. Assim, a adoção da educação popular pretende possibilitar a preservação e o resgate de certas manifestações culturais esquecidas, ou “sufocadas” pela indústria cultural tão difundida pelos meios de comunicação de massa, “[...] valorizando a diversidade cultural e as práticas esportivas e de lazer, em especial as de criação nacional” (BRASIL, 2016a, b).

Definida a equipe que iria trabalhar no VS, a próxima etapa seria realizar a sua capacitação para poder atuar nos núcleos. Essa ocorreu no mês de maio, tendo uma carga horária de 27 horas, abordando diversas temáticas como; lazer e práticas corporais; direitos do idoso; saúde, diversidade e envelhecimento; entre outros conteúdos introdutórios. Esse processo foi conduzido por profissionais enviados pelo Ministério do Esporte.

Essa capacitação tem como objetivo divulgar a proposta pedagógica adotada pelo PELC/VS que está como dito, vinculada à educação popular. Pode-se destacar, por exemplo, os seguintes aspectos:

- a) Democratizar o lazer e o esporte recreativo; b) Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos; c) Estimular a implementação de metodologia participativa e democrática para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de lazer e esporte recreativo; d) Promover a formação inicial e estimular a formação continuada dos agentes sociais e gestores municipais de lazer e esporte recreativo; e) Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo (BRASIL, 2016a, b).

Assim, de forma dialética, usar o saber sistematizado é pertinente às necessidades da população e não a adoção de um conteúdo vazio de sentido, isto é, estereotipado; portanto, parte da visão das classes populares para promover novos conhecimentos.

Dessa forma, essa perspectiva considera que o trabalho pedagógico é conflituoso, pois desvela interesses e intencionalidades distintos à medida que se colocam em uma relação dialógica. Portanto, é primordial o diálogo estabelecido entre o educador e as classes populares, que vai tecendo a teia entre a ação e a reflexão, possibilitando uma resignificação e o aprofundamento na compreensão dos elementos constitutivos da realidade local, oportunizando a reconstituição simbólica, permitindo o aprofundamento da solidariedade e a elaboração de alternativas para a superação das dificuldades comunitárias locais (BRASIL, 2014).

Tendo em vista a importância de uma capacitação e intervenção pedagógica pautada nesses princípios, os processos de formação presencial, sobretudo, no PELC, já é objeto de estudo, buscando compreender seu impacto nos atores sociais. Embora ainda incipientes, pode-se citar pesquisas como a de Tondin; Molina Neto e Wittizorecki,

(2010). Este analisou a formação profissional do educador do PELC na cidade de Porto Alegre/RS, visando compreender como os conceitos socializados nas formações, impactam a prática pedagógica do educador. Segundo o autor, foi possível observar, de forma preliminar, a importância da formação desse educador enquanto protagonista na promoção das mudanças, em uma nova relação social entre os homens. Por fim, Tondin; Molina Neto e Wittizorecki, destacam “[...] a relevância estratégica da formação profissional para implementação de programas de esporte e lazer com uma perspectiva de mudança de conceitos e com possibilidade de transformação da sociedade” (TONDIN; MOLINA NETO E WITTIZORECKI, , 2010, p. 9).

Em estudo realizado por Teixeira; Matias e Athayde, (2014) constataram a existência de fatores que limitam a expansão do PELC, tendo em vista a redução orçamentária do mesmo, em detrimento dos investimentos para a realização dos megaeventos esportivos no país, como também, a dificuldade dos gestores em compreender o seu desenho conceitual inovador, que prevê um modelo de gestão compartilhada, auto-organização, trabalho coletivo e vivência dos conteúdos do lazer de forma intergeracional. Para superar essa última questão, os pesquisadores propõem a realização de uma formação pelo programa que possibilite aos agentes sociais a compreensão dos conhecimentos pedagógicos relacionados ao esporte e ao lazer, a partir dos pressupostos teóricos adotados.

Outra pesquisa realizada que abordou o PELC foi desenvolvida por Silva, Borges e Roeldes (2014), na cidade de Vitória/ES. O objetivo proposto era discutir a experiência formativa do programa apontando as potencialidades e dificuldades dessa ação política. Esses autores verificaram que “[...] a formação oferecida não conseguiu atender o processo de formação dos agentes sociais, nem as recomendações das

diretrizes nacionais do programa. Além disso, há uma descontinuidade dos agentes sociais do primeiro para o segundo convênio do programa no município” (SILVA; BORGES, ROELDES, 2014, p. 640); fato esse que produz um retrabalho no aspecto formativo dos novos agentes sociais a serem contratados.

Em estudo recente, Tondin, Molina Neto e Wittizorecki (2014) teve como objetivo compreender a relação que os educadores sociais estabeleceram entre as formações do programa, e a prática pedagógica realizada junto às comunidades atendidas por estes educadores. Os autores em tela apresentam importantes contribuições para se refletir sobre a formação dos atores sociais, a saber: “[...] que a formação desenvolvida pelo PELC apresentou contribuições, mas também limitações às necessidades dos educadores sociais de esporte e lazer”; os autores apontam que superar essa questão é preciso repensar o “[...] papel da formação na ressignificação da concepção de esporte desses educadores, na medida em que o esporte mais voltado ao rendimento parecia ser preponderante no entendimento e na atuação pedagógica iniciais dos educadores sociais de esporte e lazer”.

Outra questão relevante elencada diz respeito ao fator tempo na formação desses atores. Para os autores é preciso repensar sobre esse aspecto quanto ao processo de ressignificação; pois “[...] o tempo do gestor e o tempo do educador para respostas e anseios da formação são distintos; enquanto um deseja provocar a reflexão, o outro espera sugestões para auxiliá-lo na prática pedagógica”. Por fim, os autores ressaltam sobre os anseios e expectativas desses educadores sociais quanto aos conteúdos ministrados na formação dos mesmos.

Considerações Finais

Desde sua criação, o PELC/VS vem ampliando, qualitativa e quantitativamente a sua intervenção em todo o território nacional, contribuindo dentro de suas possibilidades a formação de atores sociais que atuam em suas comunidades. Para exemplificar a atuação desses programas, entre os anos de 2003 até 2015 foram firmados 1.106 convênios, com um total de 13.711.908 beneficiários e 40.561 pessoas capacitadas nos processos de formação¹⁴.

É relevante citar que os programa e projetos desenvolvidos pelo Ministério do Esporte se configuraram como políticas sociais focalizadas, na tentativa de diminuir as desigualdades sociais existentes. Em contrapartida, não há registros de indicadores sociais que colaborem na demonstração desses impactos sociais no sentido de minimizar as desigualdades e acesso ao direito.

Como observado, o processo de implantação do programa VS no município de Contagem apresentou alguns desafios para sua efetivação visto que a sua adesão à proposta ocorreu no ano de 2013. Nesse sentido destacamos algumas barreiras, a saber:

- de ordem política que encontram a sua origem tanto no ambiente externo (definido pelos problemas advindos da relação/parceria estabelecida entre Governo Federal e o município) como internamente (que pode ser definido como os problemas herdados pela referida gestora em 2015 no momento em que ela assume a coordenação do VS no município);
- de ordem técnicas e legais encontradas na dificuldade de contratação dos agentes sociais, atores fundamentais para o desenvolvimento das ações da referida proposta.

¹⁴ Fonte dos dados – PINTOS, Ana Elenara. **A experiência em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2017.

O desenvolvimento de políticas sociais em parcerias com instituições, envolvendo atividades culturais, de esporte e lazer é de extrema importância para a ampliação do acesso a esses direitos que são constitucionalmente estabelecidos. Porém, diante das especificidades encontradas na implantação das políticas públicas em nosso país, especificamente no setor de esporte e lazer, igualmente aumentam as exigências e expectativas que permeiam os programas, requerendo, portanto, a adoção de estratégias internas que permitam o seu contínuo aprimoramento para uma prestação de serviço de qualidade à população assistida.

REFERÊNCIAS

AREIAS, K. V.; BORGES, C. N. F. As políticas públicas de lazer na mediação entre Estado e sociedade: possibilidades e limitações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 573-588, jul./set. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. Disponível em: <http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Diretrizes 2016. Brasília, 2016a.

_____. Ministério do Esporte. **Programa Vida Saudável. Diretrizes 2016**. Brasília, 2016b.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução N° 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Articulação Social Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. Brasília, 2014.

_____. **LEI N° 8.666**, DE 21 DE JUNHO DE 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

CONTAGEM. **Edital 02/2014** Prefeitura Municipal de Contagem; Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/concursos/psspmc0214_edital_progvidasaudavel.pdf . Acesso em: 02 jul. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FARIA, Carlos A. P. de. Os desafios da intersetorialidade na produção das políticas sociais. In: MOURAO, Marcelo A.; PASSOS, Alexia D. B.; FARIA, Carlos A. P.(Org) **O Programa BH Cidadania: Teoria e prática da intersetorialidade**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Políticas Sociais. Ed: Unika Editora, 2011. p. 45-53.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=311860>> Acesso em: 28 nov. 2016.

ISAYAMA, H. F.; *et al.* Por onde caminham as pesquisas sobre formação profissional em lazer no Brasil? In: ISAYAMA, Helder Ferreira e Silva, Silvio Ricardo da. **Estudos do lazer: um panorama**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p.165-177.

_____. Atuação do profissional de educação física no âmbito do lazer: a perspectiva da animação cultural. **Motriz**, v. 15, p. 407-413, abr./jun. 2009.

_____. Um olhar sobre a formação profissional no lazer. Revista **Licere**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 11-19, mar. 2005.

_____. **O profissional da educação física como intelectual: atuação no âmbito do lazer**. In: Marcellino, N.C. (Org.). Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte. Campinas: Papirus, 2003.

MARCELLINO, N. C. *et al.* **Políticas públicas de lazer: formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba–SP**. Curitiba: Opus, 2007.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Trad. Carlos A. Silveira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.80.

PINTOS, Ana Elenara. **A experiência em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, D.S.; BORGES, C.N.F.; ROELDES, A.D. , Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória – ES. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. 36, 3, 640-647, 2014.

TEIXEIRA, M. R; MATIAS W.B; ATHAYDE, P. F. A; *et al.* Política social de esporte e lazer no governo lula: o Programa esporte e lazer da cidade. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.3, set/2014.

TONDIN, G. **A formação dos educadores sociais de esporte e lazer no programa esporte e lazer da cidade de Porto Alegre/RS**. Anais do V Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte. | UIVALI – Itajaí– SC 23 a 25 de setembro de 2010. Disponível em:

<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/vcsbce/vcsbce/schedConf/presentation>. Acesso em: 21 maio 2016.

_____. NETO, V. M; WITTIZORECKI, S. E. A formação dos educadores sociais no programa esporte e Lazer da cidade – pelc – em porto alegre. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar/2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Endereço dos Autores:

Ana Carolina Pinto E.S. Thiago Rezende
EEFFTO/UFGM
Av. Antônio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 30.270-901
Endereço Eletrônico: mandapramim.carol@gmail.com

Fabiano Antônio Sena Péres
EEFFTO/UFGM
Av. Antônio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 30.270-901
Endereço Eletrônico: fabianotutor@yahoo.com.br

Mariana Nunes de Carvalho
EEFFTO/UFGM
Av. Antônio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 30.270-901
Endereço Eletrônico: mnc7@hotmail.com

Karla Uriarte Torres
EEFFTO/UFGM
Av. Antônio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 30.270-901
Endereço Eletrônico: isotorres04@gmail.com

Ana Carolina P. Rezende, Fabiano Antônio S. Peres,
Mariana N. de Carvalho, Karla U. Torres,
Rafael Fróis e Ana Cláudia P. Couto

Programa Vida Saudável em Contagem

Rafael Fróis
EEFFTO/UFMG
Av. Antônio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 30.270-901
Endereço Eletrônico: frois.turismologo@gmail.com

Ana Cláudia Porfírio Couto
EEFFTO/UFMG
Av. Antônio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 30.270-901
Endereço Eletrônico: acpcouto@gmail.com